

## ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES DA UFABC (2020–2023)

Nyla Gabrielly Silva Dias<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo analisa o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) da UFABC (2020–2023). A partir de dados de questionários de rematrícula, buscou-se compreender como trabalho e renda influenciam a permanência e a formação docente. Os resultados revelam que a maioria dos licenciandos exerce atividades remuneradas, com jornadas superiores a 30 horas semanais, comprometendo a participação em atividades complementares. Parcela significativa é responsável pelo sustento familiar, mesmo em contextos de baixa renda. Identificou-se maior formalização e estágios remunerados na LCNE, enquanto a LCH concentra trabalhadores em ocupações informais. Conclui-se que a democratização do acesso não garante permanência em condições de formação plena, exigindo políticas robustas como bolsas, flexibilização de horários e valorização de estágios.

**Palavras-chave:** licenciaturas interdisciplinares; perfil discente; trabalho estudantil; políticas de permanência; formação docente.

### INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro, embora tenha promovido democratização do acesso, foi acompanhada por uma rígida estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023), canalizando estudantes socioeconomicamente vulneráveis - egressos da escola pública, negros e mulheres - para cursos de menor prestígio social, como as licenciaturas.

Neste contexto, a Universidade Federal do ABC (UFABC) se destaca como um projeto institucional que ambiciona contrapor essa lógica. Criada em 2006 com um modelo pedagógico inovador, a universidade implantou em 2020 as Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e em Ciências Naturais e Exatas (LCNE). Estes cursos carregam a promessa explícita de uma formação docente crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida,

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal do ABC - UFABC, nyla.dias@aluno.ufabc.edu.br.





buscando romper com a fragmentação do conhecimento e com os modelos tradicionais de formação de professores.

Contudo, um paradoxo fundamental se impõe: até que ponto esse projeto pedagógico inovador é viabilizado ou negado pelas condições materiais concretas de seus estudantes? A literatura nacional é clara ao demonstrar que o perfil típico do licenciando brasileiro é o do estudante-trabalhador: indivíduos com renda familiar concentrada em até três salários mínimos, frequentemente responsáveis pelo sustento do domicílio e obrigados a conciliar os estudos com longas e desgastantes jornadas de trabalho (LOCATELLI; DINIZ, 2019; ROCHA; CARVALHAES, 2023). Essa realidade concreta gera o que Locatelli e Diniz (2019) conceitualizam como “exclusão silenciosa” – uma permanência frágil no sistema, onde o aluno, ainda que formalmente matriculado, é sistematicamente excluído da experiência universitária integral (pesquisa, extensão, vivência acadêmica), essencial para uma formação docente de qualidade.

Diante deste cenário, este trabalho investiga o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes dessas licenciaturas entre 2020 e 2023, buscando compreender como as condições de trabalho e renda influenciam suas trajetórias e tensionam o projeto pedagógico inovador. Problematicamos os limites de uma democratização do acesso não acompanhada por políticas de permanência robustas e refletimos sobre caminhos para efetivar uma formação docente plena e transformadora.

## **METODOLOGIA**

Este estudo configura-se como uma pesquisa de natureza quantitativa, descritiva e analítica, orientada pela premissa de que as condições materiais de existência são determinantes fundamentais da experiência discente. A opção por esta abordagem justifica-se pela necessidade de capturar e operacionalizar empiricamente essas condições, tornando visíveis realidades que frequentemente permanecem obscurecidas nos discursos sobre inovação pedagógica.

A principal fonte de dados foram os questionários socioeconômicos de rematrícula obrigatória, aplicados pela Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) da UFABC a todos os discentes regularmente matriculados nas Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e Ciências Naturais e Exatas (LCNE) no período de 2020 a 2023. A natureza compulsória do instrumento garante uma base de dados abrangente e representativa,





minimizando vieses de não resposta. Paradoxalmente, estes dados administrativos, originalmente coletados para gestão acadêmica, revelam-se uma ferramenta poderosa para iluminar as contradições entre o projeto institucional e a realidade dos estudantes.

Foram operacionalizadas as seguintes variáveis, alinhadas aos conceitos de estratificação e exclusão silenciosa:

- Jornada de trabalho semanal: mensurada em faixas de horas, para avaliar a disponibilidade temporal para atividades acadêmicas.
- Tipo de vínculo empregatício: categorizado entre formal, informal, estágio e autônomo, para aferir a precariedade laboral.
- Renda familiar per capita: calculada a partir da renda total e número de moradores, para classificar a vulnerabilidade econômica.
- Condição de mantenedor do domicílio: dicotomizada entre corresponsável ou principal responsável, indicando o nível de pressão financeira.

O tratamento dos dados foi realizado em duas etapas complementares. Inicialmente, os dados brutos foram tabulados e organizados em séries históricas comparativas (2020-2023) utilizando o software Google Planilhas. Posteriormente, para análises mais complexas e geração de visualizações sofisticadas, empregou-se a linguagem de programação Python, com auxílio das bibliotecas Pandas (para manipulação de dataframes) e Matplotlib/Seaborn (para criação de gráficos). Este duplo protocolo permitiu não apenas a descrição estatística (frequências e percentuais), mas também a identificação de tendências temporais e contrastes significativos entre os cursos de LCH e LCNE.

Reconhece-se, contudo, a limitação inerente a dados quantitativos de origem administrativa: eles mapeiam o comportamento observável (o "o que"), mas são cegos aos significados subjetivos e às trajetórias individuais (o "como" e o "porquê"). Para superar esta barreira e conferir profundidade analítica, a interpretação dos resultados será intensamente mediada pelo diálogo com o referencial teórico. Os padrões numéricos identificados serão cotejados e interpretados à luz dos conceitos de estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023) e exclusão silenciosa (LOCATELLI; DINIZ, 2019), permitindo transpor a mera descrição e avançar para uma crítica social fundamentada sobre os desafios de conciliar inovação pedagógica com justiça social na formação docente.



## REFERENCIAL TEÓRICO

O perfil do estudante de licenciatura no Brasil não é uma mera curiosidade estatística, mas a expressão concreta de processos sociais mais amplos que articulam a história da profissão docente, as políticas de expansão do ensino superior e a estrutura de desigualdades sociais do país.

A expansão das matrículas no ensino superior brasileiro, notadamente a partir dos anos 2000, incorporou novos segmentos sociais à universidade. No entanto, operou-se um processo de estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023): enquanto estudantes de origens mais privilegiadas concentram-se em cursos de maior prestígio e melhor retorno financeiro, os alunos egressos de escolas públicas, de baixa renda, negros e mulheres são alocados desproporcionalmente em cursos de menor status, como as licenciaturas. Este fenômeno não reflete "escolhas" individuais, mas sim um sistema que, ao abrir vagas, mantém e reproduz hierarquias sociais e acadêmicas. As licenciaturas funcionam como uma válvula de escape para um acesso formalmente democratizado, mas materialmente hierarquizado (LOCATELLI; DINIZ, 2019).

A entrada desse perfil social no ensino superior trouxe à tona a figura do estudante-trabalhador como protagonista. A maioria dos licenciandos possui renda familiar baixa, é responsável pelo sustento da casa e precisa conciliar estudos com longas jornadas de trabalho. Essa sobreposição de funções gera a "exclusão silenciosa" (LOCATELLI; DINIZ, 2019): o aluno não abandona o curso, mas é excluído de fato da experiência universitária integral – iniciação científica, extensão, monitorias – essencial para uma formação docente crítica e de qualidade.

Este perfil socioeconômico não pode ser dissociado da desvalorização histórica e social da carreira docente no Brasil. A opção pela licenciatura raramente é a primeira escolha, configurando-se frequentemente como uma opção por "descarte" ou via de acesso economicamente viável (ALMEIDA; NUNES; TARTUCE, 2010). Nesse contexto, a justificativa da "vocação" serve como um discurso de ressignificação (FANFANI, 2005), atribuindo valor simbólico e dignidade a uma escolha carente de reconhecimento social e financeiro. A formação docente ainda é vista mais como um "apostolado" que como uma profissão que exige rigor científico e condições adequadas (GATTI, 2014).

Por fim, este referencial nos leva à tensão central investigada: as condições socioeconômicas e laborais dos licenciandos da UFABC representam um obstáculo à

efetivação



do seu projeto pedagógico inovador? A inovação pedagógica exige tempo para leitura, experimentação e imersão – um luxo incompatível com jornadas extensas e preocupações com a sobrevivência (DINIZ-PEREIRA, 2015). A análise dos dados será mediada por este questionamento, articulando a micro-realidade local com os macro-processos nacionais que moldam quem são e como vivem os futuros professores do Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados de 2020 a 2023 revela um perfil majoritário de estudantes-trabalhadores nas licenciaturas interdisciplinares da UFABC, cujas condições materiais impõem sérios desafios à permanência e à qualidade da formação. Os resultados, organizados em três eixos centrais – jornada de trabalho, precariedade laboral e situação socioeconômica – dialogam criticamente com o referencial teórico da exclusão silenciosa e da estratificação horizontal.

### 1. A Expansão da Jornada de Trabalho e seu Impacto Acadêmico

A evolução da carga horária semanal dos licenciandos entre 2020 e 2023 aponta para um cenário de crescente pressão laboral. O Gráfico 1 demonstra um aumento expressivo no número de estudantes que trabalham mais de 30 horas semanais, com este grupo tornando-se majoritário em 2023. Este dado é alarmante, pois uma jornada extensa compromete diretamente a disponibilidade para atividades acadêmicas fundamentais como iniciação científica, projetos de extensão e estudos aprofundados, configurando o cerne do fenômeno da “exclusão silenciosa” (LOCATELLI; DINIZ, 2019).

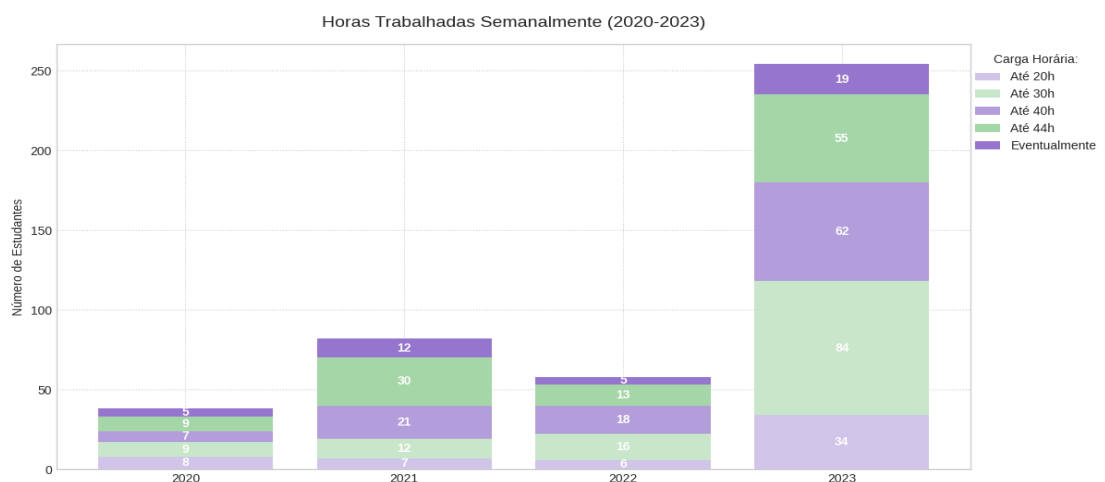
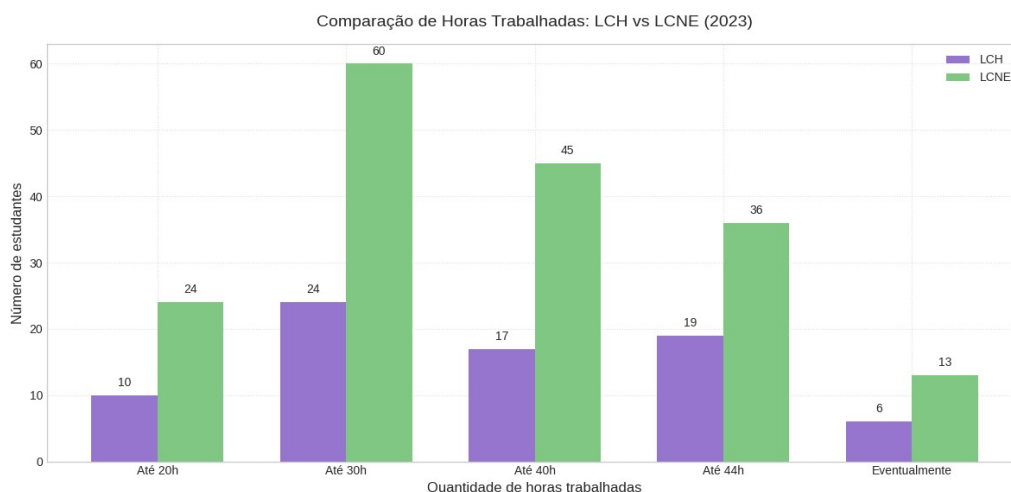


Gráfico 1: Horas trabalhadas semanalmente.



## 2. Desigualdades na Inserção Laboral: A Estratificação Interna

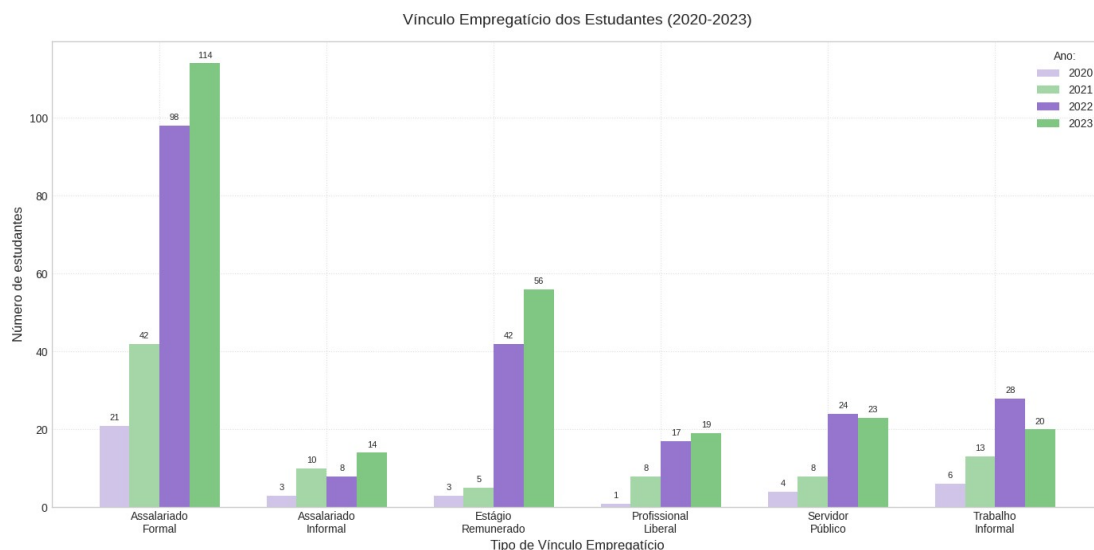
A análise comparativa entre os cursos revela disparidades significativas na natureza dessa inserção no mercado de trabalho. O Gráfico 2 evidencia que os estudantes da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) concentram-se em jornadas fixas de 30 a 40 horas semanais. Em contraste, os discentes da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) apresentam maior dispersão, com participação mais expressiva em jornadas irregulares ou eventuais.



**Gráfico 2:** Comparação de Horas Trabalhadas: LCH vs. LCNE.

O Gráfico 3, que apresenta dados consolidados para ambos os cursos, revela um panorama geral marcado pela significativa presença de vínculos formais e de estágios remunerados, mas também por uma parcela considerável de ocupações informais e autônomas. No entanto, quando cruzado com a evidência do Gráfico 2, é possível inferir que essa composição geral agrega realidades distintas: a maior formalização e presença de estágios provavelmente refletem a predominância do perfil da LCNE, cuja formação tende a facilitar o acesso a estágios técnicos e formais em empresas e indústrias. Por outro lado, a persistência de vínculos informais e precários espelha a realidade enfrentada por muitos discentes da LCH, cuja área de atuação, frequentemente associada a serviços, educação não-formal e cultura, é historicamente mais vulnerável à informalidade e à precarização. Esta clivagem ilustra uma estratificação horizontal interna, onde as desigualdades do mercado de trabalho se reproduzem dentro da própria universidade, moldando trajetórias distintas para futuros professores de áreas diferentes.

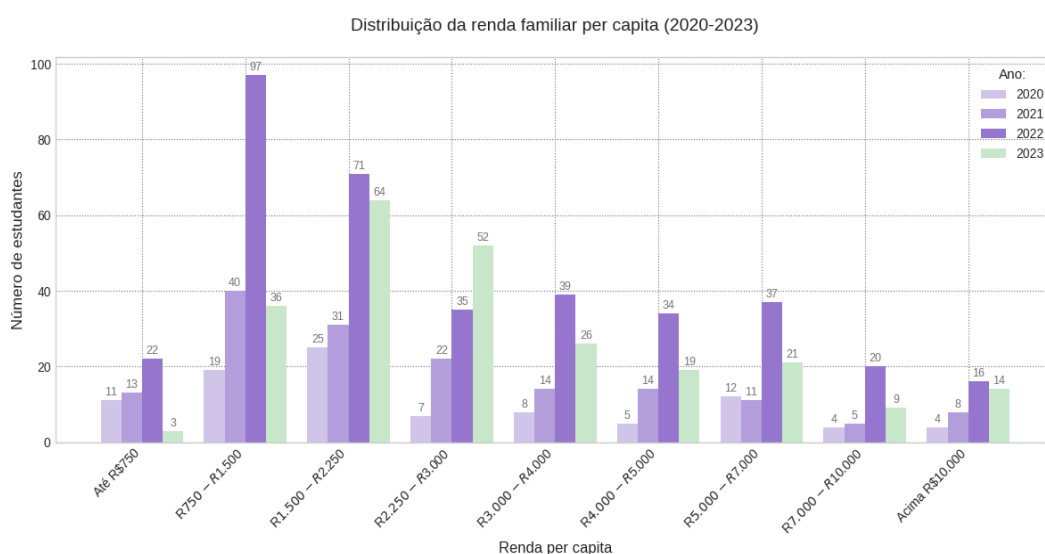




**Gráfico 3:** Vínculo Empregatício dos Estudantes.

### 3. Vulnerabilidade Socioeconômica e a Centralidade do Trabalho

O perfil socioeconômico dos estudantes corrobora e agrava o cenário de desafios à permanência. O Gráfico 4 confirma que a grande maioria dos licenciandos provém de famílias de baixa renda, com renda per capita concentrada em até três salários mínimos. Esta vulnerabilidade econômica base explica a centralidade do trabalho para a própria sobrevivência dos estudantes.

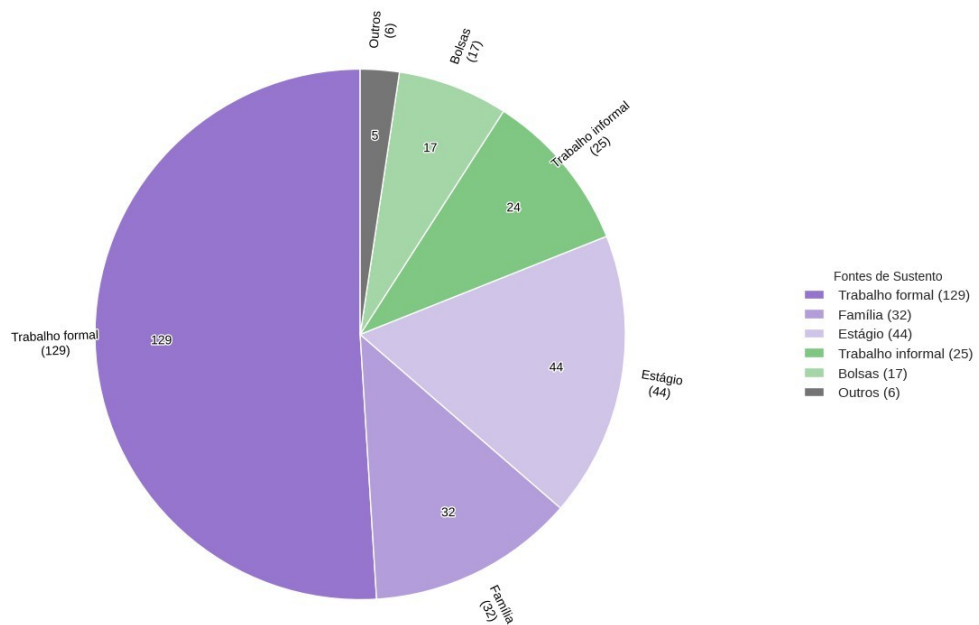


**Gráfico 4:** Distribuição de renda familiar per capita.



O Gráfico 5 deixa este ponto evidente: a principal fonte de sustento para a maioria esmagadora é o próprio trabalho, seja formal ou informal. O apoio familiar e, crucialmente, as bolsas institucionais aparecem em proporção significativamente menor, denunciando a insuficiência das políticas de permanência para atender à demanda real.

Principal fonte de sustento dos estudantes (2023)

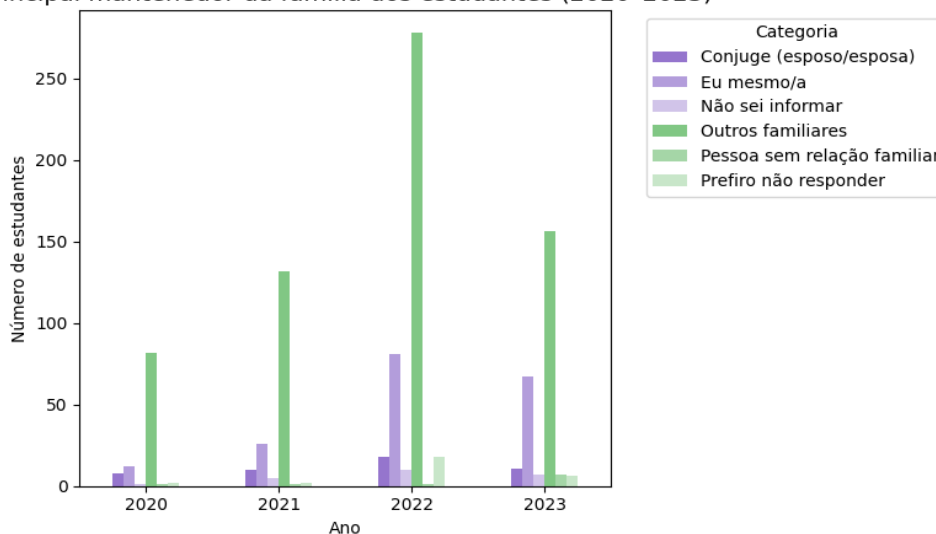


**Gráfico 5:** Principal fonte de sustento dos estudantes

Agravando este quadro, o Gráfico 6 revela que uma parcela expressiva dos licenciandos não é apenas responsável por seu próprio sustento, mas assume o papel de principal mantenedor do domicílio. Esta sobrecarga de responsabilidades financeiras, muitas vezes precoces, intensifica as barreiras à permanência e consome o tempo e a energia mental que deveriam ser dedicados à formação, transformando a experiência universitária em um processo de resistência cotidiana (ROCHA; CARVALHAES, 2023).



Principal mantenedor da família dos estudantes (2020-2023)



**Gráfico 6:** Principal mantenedor da família dos estudantes.

Os resultados revelam um cenário de permanência precarizada nas licenciaturas interdisciplinares da UFABC, onde a inovação pedagógica convive em tensão com a realidade material dos discentes. A maioria esmagadora dos estudantes é trabalhadora, com jornadas superiores a 30 horas semanais (Gráficos 1 e 2), configurando um processo de exclusão silenciosa (LOCATELLI; DINIZ, 2019) que os impede de usufruir plenamente de atividades formativas essenciais.

Identificou-se uma clara estratificação horizontal interna: enquanto a LCNE apresenta maior inserção em estágios remunerados e vínculos formais, a LCH concentra-se em ocupações informais e precárias (Gráficos 2 e 3), refletindo e reproduzindo as desigualdades do mercado de trabalho.

A vulnerabilidade socioeconômica é agravante (Gráfico 4). A hegemonia do trabalho como principal fonte de sustento (Gráfico 5) e a significativa parcela de estudantes como principais mantenedores familiares (Gráfico 6) transformam a experiência universitária em um ato de resistência cotidiana, onde a formação compete em condições desiguais com as urgências da sobrevivência.

Conclui-se que as condições materiais representam um obstáculo estrutural ao projeto pedagógico inovador. O risco é que a formação crítica seja soterrada pela lógica da sobrevivência acadêmica, exigindo políticas de permanência integradas que transcendam bolsas





pontuais e incluíam flexibilização curricular, expansão de estágios remunerados e suporte financeiro robusto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mapear e analisar o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas e em Ciências Naturais e Exatas da UFABC entre 2020 e 2023. Os resultados obtidos não apenas descrevem uma realidade, mas explicitam uma contradição fundamental: a existência de um projeto pedagógico inovador e interdisciplinar, orientado para a formação de professores críticos e transformadores, que convive com condições materiais de existência que tensionam e, não raro, inviabilizam a consecução plena desse mesmo projeto.

A predominância do estudante-trabalhador, submetido a jornadas extensivas superiores a 30 horas semanais, a dependência do próprio trabalho como principal fonte de sustento e a significativa parcela de discentes que atuam como principais mantenedores de seus domicílios compõem um cenário de permanência precarizada. Esta realidade configura um processo de exclusão silenciosa, conforme teorizado por Locatelli e Diniz (2019), no qual o aluno, embora formalmente matriculado, é privado do engajamento em atividades acadêmicas essenciais – como iniciação científica, projetos de extensão e uma dedicação integral aos estudos –, as quais são pilares indissociáveis de uma formação docente de qualidade.

Ademais, a identificação de uma estratificação horizontal interna entre os cursos evidencia que as desigualdades estruturais do mercado de trabalho permeiam os muros da universidade. A maior inserção em estágios remunerados e vínculos formais observada na LCNE, em contraste com a precarização e informalidade mais presentes na LCH, demonstra que as trajetórias formativas são profundamente marcadas pelas hierarquias de valor e oportunidade associadas a cada área do conhecimento. Isto revela que o desafio da permanência não é homogêneo, demandando olhares específicos para as diferentes realidades que coexistem dentro das licenciaturas.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a democratização do acesso, conquista fundamental das políticas educacionais recentes, é apenas o primeiro passo. Para que ela se efetive em uma verdadeira democratização da formação e do êxito, é imperativo que seja acompanhada por políticas de permanência robustas e estruturantes. A análise realizada aponta





para a insuficiência das políticas atuais e a urgência de se avançar em um modelo integrado que incluía:

1. A ampliação e a garantia de continuidade de programas de assistência estudantil, como bolsas de permanência e auxílios, em valores compatíveis com o custo de vida da região;
2. A flexibilização curricular efetiva, com oferta de disciplinas em horários alternativos e validação de experiências profissionais, reconhecendo a condição de estudante-trabalhador;
3. A expansão de estágios remunerados vinculados à formação docente, em parceria com redes de ensino, assegurando que o trabalho dialogue com o projeto formativo;
4. A criação de programas de apoio psicossocial e de orientação que auxiliem os estudantes a gerenciar a dupla jornada e as pressões financeiras.

Conclui-se, portanto, que o futuro das licenciaturas interdisciplinares da UFABC – e sua capacidade de formar professores à altura dos desafios da educação básica brasileira – depende diretamente do enfrentamento dessas desigualdades. Garantir a permanência digna não é um custo, mas um investimento necessário para que a inovação pedagógica não remina um ideal no papel, mas se torne uma experiência formativa concretamente acessível, plena e transformadora para todos os que almejam contribuir com a educação neste país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A.; NUNES, M. M. R.; TARTUCE, G. L. B. P. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 445-477, maio/ago. 2010.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 3,

p. 273-280, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1307>. Acesso em: 17 maio 2024.

FANFANI, E. T. **La condición docente: datos para el análisis comparado: Argentina, Brasil, Perú y Uruguay**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.



GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2676>. Acesso em: 17 maio 2024.

LOCATELLI, C.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 3, p. 225-243, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13386>. Acesso em: 17 maio 2024.

ROCHA, D. N.; CARVALHAES, F. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752023v1325>. Acesso em: 17 maio 2024.

